

Entre memórias e resistências: usos e significados da ancestralidade na produção acadêmica¹

Paula Alexandra Reis Bueno^{1*}  Roberto Eduardo Bueno² 

¹Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Brasil

²Universidade Federal do Paraná - Brasil

*Autor de correspondência: paula.reis@alumni.usp.br

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar os usos, significados e sentidos atribuídos ao termo ancestralidade, em artigos revisados por pares, das áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, do Portal de Periódicos Capes, nos anos 2003 a 2024. Por meio da Análise de Conteúdo conjugada a Análise do Discurso, e tendo como embasamento a teoria da socialização, foi possível verificar interfaces entre fenômenos que envolvem os processos de construção identitária de coletivos humanos, as quais contemplam práticas de cultura, reconhecimento, pertencimento, estratégias de resistência e relações de poder; evidenciando a incorporação de heranças materiais e imateriais afro-diaspóricas e nativas como elementos estratégicos para a construção de uma resistência histórica no Brasil. Ademais, foi verificada formas de se relacionar com a vida e o viver, que envolvem oralidade, espiritualidade e uma estreita relação com a natureza. Concluiu-se apresentando uma sugestão de verbete para dicionários de sociologia.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the uses, meanings, and senses attributed to the term *ancestry* in peer-reviewed articles from the fields of Human Sciences, Applied Social Sciences, Linguistics, Literature, and Arts, published in the Capes Periodicals Portal between 2003 and 2024. Through Content Analysis combined with Discourse Analysis, and based on socialization theory, it was possible to verify interfaces between phenomena involving the processes of identity construction in human collectives, which encompass cultural practices, recognition, belonging, resistance strategies, and power relations. These findings highlight the incorporation of material and immaterial Afro-diasporic and Indigenous heritages as strategic elements in the construction of a historical resistance in Brazil. Furthermore, the study identified forms of relating to life and living that involve orality, spirituality, and a close relationship with nature. The study concludes by presenting a suggested entry for sociology dictionaries.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue identificar los usos, significados y sentidos atribuidos al término *ancestralidad*, en artículos revisados por pares, de las áreas de Ciencias Humanas, Ciencias Sociales Aplicadas, Lingüística, Letras y Artes, del Portal de Periódicos Capes, en los años 2003 a 2024. Por medio del Análisis de Contenido conjugado con el Análisis del Discurso, y teniendo como fundamento la teoría de la socialización, fue posible verificar interfaces entre fenómenos que involucran los procesos de construcción identitaria de colectivos humanos, las cuales contemplan prácticas de cultura, reconocimiento, pertenencia, estrategias de resistencia y relaciones de poder; evidenciando la incorporación de herencias materiales e inmateriales afro-diaspóricas y nativas como elementos estratégicos para la construcción de una resistencia histórica en Brasil. Además, se verificaron formas de relacionarse con la vida y el vivir, que involucran oralidad, espiritualidad y una estrecha relación con la naturaleza. Se concluyó presentando una propuesta de entrada para diccionarios de sociología.

PALAVRAS-CHAVE:

Ancestralidade
Cosmovisão Indígena
Filosofia Africana
Identidade
Socialização

KEYWORDS:

Ancestry
African Philosophy
Indigenous Cosmology
Identity
Socialization

PALABRAS-CLAVE:

Ancestralidad
Cosmovisión Indígena
Filosofía Africana
Identidad
Socialización

SUBMETIDO: 26 de setembro de 2025 | **ACEITO:** 11 de maio de 2026 | **PUBLICADO:** 16 de julho de 2026

© ODEERE 2026. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹Essa pesquisa não contou com financiamento.

Introdução

Observou-se uma ampliação do uso e da circulação do termo *ancestralidade* nas mídias², nos movimentos sociais e culturais, em obras da literatura comercial, em contextos religiosos e espirituais e, inclusive, no meio acadêmico. De modo geral, essa noção tem sido mobilizada como uma ferramenta discursiva de resistência frente aos saberes e práticas hegemônicas, frequentemente marcados por processos de exclusão. Com efeito, o conceito de ancestralidade tem se destacado no campo das ciências sociais, especialmente em pesquisas que tratam de temáticas relacionadas às populações afro-indígenas. Mas, de fato, quais os sentidos atribuídos ao termo? E, seria possível ou pertinente estabelecer aproximações analíticas do conceito de ancestralidade (Oliveira, 2009; Krenak, 2022; Freire Machado, 2021) às teorias da socialização (Bourdieu, 2001; 2007; Lahire, 2002; Setton, 2012).

O termo “ancestralidade”³ de forma mais casual, pode ser sintetizado como a qualidade do que é ancestral, hereditário, ascendente ou atávico. Traz um sentido de constituir-se em uma linhagem ou ascendência de uma pessoa ou comunidade, seus antepassados familiares ou coletivos. Tratar-se-ia de um aglomerado de tradições culturais que são advindas de geração em geração.

Entretanto, apesar do crescente uso do termo “ancestralidade” nos diversos contextos sociais, ele ainda não se apresenta como verbete nos dicionários de sociologia de fácil acesso. Em pesquisas realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2023, não foi encontrado nenhum dicionário de sociologia que

² Tal interesse tem sido explorado por empresas especializadas em testes genéticos que prometem revelar origens ancestrais, como “Genera”, “Ancestry.com” e “MyHeritage”. Conforme apontam Kimura, Lemes e Nunes (2022), apenas no ano de 2018, mais de 26 milhões de testes de ancestralidade foram realizados, com projeções que estimavam alcançar 100 milhões até 2021. Disponível em: <<https://www.geneticanaescola.com/revista/article/view/421>>.

³ Nos períodos de agosto a outubro de 2023 foram consultados os seguintes dicionários, para a verificação de como o termo tem sido entendido: 1) Dicionário de usos do português do Brasil de Francisco S. Borba; 2) Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, de Editora Melhoramentos; 3) Dicionário brasileiro Globo de Francisco Fernandes; 4) Dicionário Aurélio da língua portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; 5) Dicionário Houaiss da língua portuguesa, de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar; 6) Dicionário Priberam da língua portuguesa, editora Priberam; 7) Oxford advanced learner's dictionary, University Press; e 8) The american heritage dictionary, Williams Morris. Também foi consultado o 9) Dicionário de dificuldades da língua portuguesa, de Domingos Paschoal Cegalla, porém ele não continha o verbete ancestralidade ou entrada sinônima.

contivesse o referido verbete ou entrada sinônima, numa busca em 26 obras⁴. Desta forma, considerou-se importante investigar e circunscrever os usos, significados e sentidos dados ao termo “ancestralidade” nos estudos sociais contemporâneos, a partir do levantamento acima mencionado, assim como verificar aproximações com o conceito de socialização.

Bueno e Bueno (2021) enfatizam o potencial do conceito de socialização para a interpretação das representações e reproduções sociais em diversas dimensões socioculturais, lembrando como ele permite a observação das formas como se constituem visões de mundo, formas de ser, agir e pensar dos indivíduos, ultrapassando a capacidade do indivíduo de integração social, para uma noção de individuação e construção de sua identidade.

Neste contexto, explora-se a terminologia “ancestralidade” como participante na construção de identidades no Brasil contemporâneo. No entanto, com alguns cuidados, pois ela traz consigo uma analogia com a noção de tradição. Para Giddens (2000, p. 50), a própria ideia de tradição é um produto da modernidade. Ademais, seria um mito pensar que as tradições são impermeáveis às mudanças, ao contrário, para o autor as tradições vão se modificando. Para Giddens (2000, p. 55) essa abertura faz com que, por um lado, os sujeitos alternem ações de “autonomia” e “compulsividade”, e por outro lado, que alternem ações de “cosmopolitismo” e “fundamentalismo”. Pode-se hipostasiar de que aí se encontra a importância de se sacralizar tradições, ritos, cosmovisões e, nesse sentido a ampliação das demandas em torno do que seria ancestral.

Para Dubar (2005) a existência humana é permeada por sucessivas socializações, o que propicia construções, desconstruções e reconstruções de identidades ligadas às muitas esferas da ação humana e às mudanças sociais. Mas o autor também percebe que o conceito de socialização abrange, ainda, o papel do pertencimento, do reconhecimento e da linguagem.

⁴Entre outros, citamos aqui algumas destas obras: Dicionário de Sociologia: Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); JOHNSON, Allan. Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica; BRUNETTA, Antonio Alberto (org.) et al. Dicionário do Ensino de Sociologia; BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emilio. Dicionário de Etnologia e Sociologia; BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. Dicionário Crítico de Sociologia; CASHMORE, E.; e colaboradores. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais; BIROU, Alain. Dicionário das Ciências Sociais; OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Social do Século XX; BALDUS, H.; WILLEMS, E. Dicionário de Etnologia e Sociologia; FAIRCHILD, H. Diccionario de Sociologia...

Não obstante, numa perspectiva sociológica, qual a importância do resgate à noção de ancestralidade, nos processos de socialização, especialmente, em realidades tão pluriculturais como a brasileira? Como as raízes históricas e culturais podem continuar a desempenhar um papel significativo nas vidas das pessoas, mesmo em um mundo contemporâneo em constante mudança e com tantas matrizes socializadoras distintas?

Metodologia

Na perspectiva de mapear especificamente os usos, significados e sentidos atribuídos à noção de ancestralidade na produção acadêmica, das ciências sociais e humanas, literatura, linguística e arte, utilizou-se exclusivamente o descritor “ancestralidade”, nos mecanismos de pesquisa do Portal de Periódico Capes.

Optou-se por construir uma metodologia própria, criada especialmente para este estudo, que se assemelha a Revisão de Escopo: uma técnica que permite mapear temáticas, classificando conceitos e identificando lacunas no conhecimento. Segundo Arksey, O'Malley (2005) a Revisão de Escopo envolve 5 etapas: 1) elaboração da pergunta de pesquisa; 2) identificação de estudos relevantes; 3) seleção dos estudos; 4) registro dos dados; 5) sumarização dos resultados. Na presente metodologia, a etapa de “sumarização dos resultados” foi substituída por uma Análise de Discurso seguida de Síntese Integrativa, visando responder à questão de pesquisa.

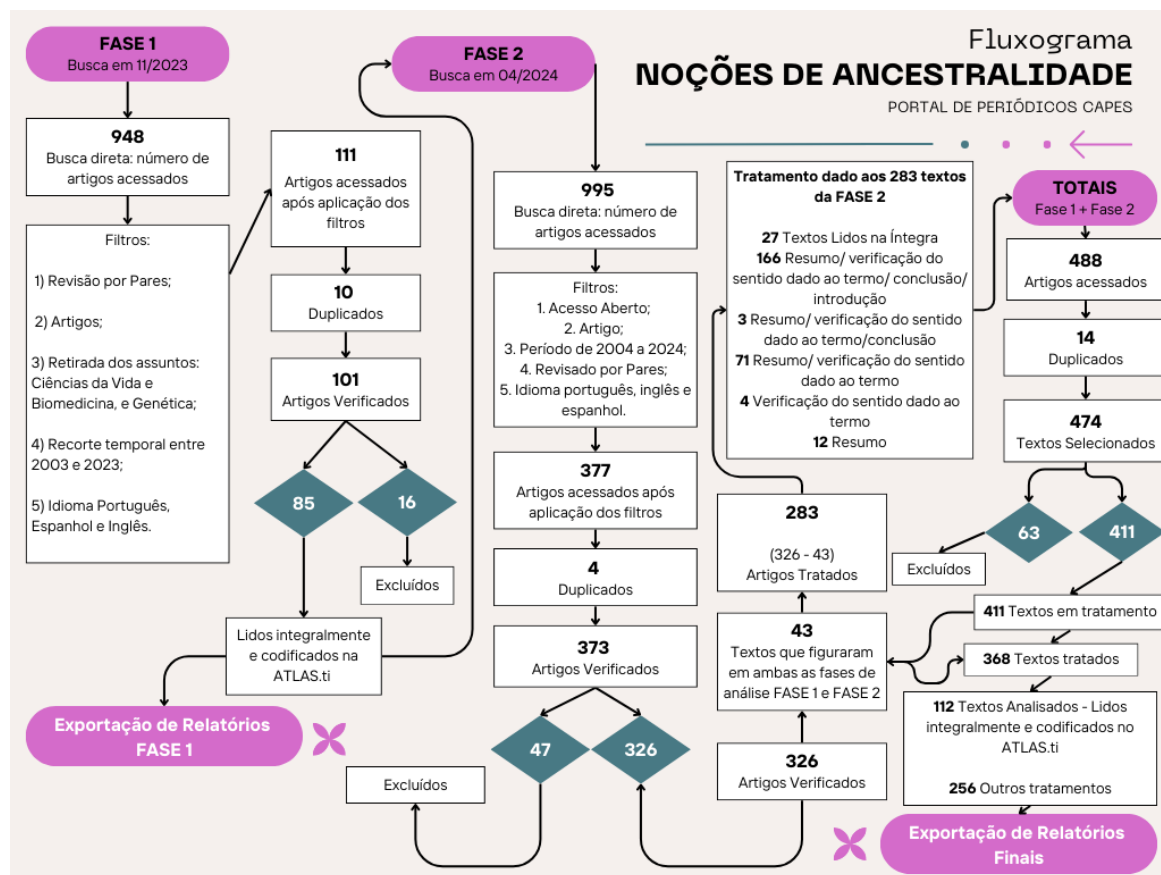
Procedeu-se com as bases de dados internacionais acessadas via Portal de Periódicos Capes. Para a presente investigação foram acionadas as seguintes bases de dados: 1. DOAJ (DOAJ: Directary of Open Access Journals); 2. SciELO (Scientific Electronic Library Online); 3. LA Referencia (Red Federada de Repositorios Institucionales de Publicaciones Científicas); 4. Redalyc; 5. Scopus; 6. Web of Science (WoS); 7. ScienceDirect; 8. Medline/PubMed; 9. JSTOR; 10. ERIC; 11. PsycINFO; 12. Periódicos de Acesso Aberto da CAPES; 13. Cambridge University Press e Oxford Journals; 14. Third World Quartely; 15. Americanae (AECID Library).

As buscas foram realizadas em dois momentos: na Fase 1, em novembro de 2023, após captura de 948 artigos com o descritor ancestralidade, foram aplicados os filtros: a) Idiomas português, espanhol e inglês; b) Recorte temporal de 2003 a

2023; c) Retirada de assuntos relativos a ciências da vida, biomedicina, genética; d) Artigos; e e) Revisado por pares, e obteve-se 111 artigos, dos quais 10 eram duplicados. Os 101 artigos foram lidos, 85 incluídos na análise e 16 deles excluídos por apresentarem conteúdo na área biomédica. Com uma atualização no Portal de Periódicos Capes, em 2024, considerou-se relevante refazer as buscas para verificar alterações na análise em andamento.

Desta forma, em abril de 2024, realizou-se nova investigação, com os filtros: a) Acesso aberto; b) Artigos; c) Período de 2004 a 2024; d) Revisado por pares; e e) Idioma português, inglês e espanhol. Obteve-se um resultado de 377 textos, dos quais todos receberam tratamento, sendo 4 artigos duplicados, 47 excluídos por temática incompatível com o estudo e 43 já haviam figurado na fase 1. Todos os textos foram incluídos na análise. Desta forma, analisou-se 368 artigos, conforme fluxograma abaixo.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção de textos



Fonte: Imagem original do estudo (CANVA 24)

Os documentos passaram por um tratamento de Análise de Conteúdo seguida de Análise de Discurso, com auxílio do software ATLAS.ti para o processo de extração e codificação dos dados, que evidenciou o “uso, significado e sentido” dado ao termo ancestralidade em 18 temáticas distintas: 1) Construção e percepção identitária; 2) Memória; 3) Percepção e consciência do tempo; 4) Território e territorialidades; 5) Diáspora africana; 6) Diáspora dos imigrantes europeus; 7) Colonização europeia do Brasil; 8) Resistência negra e ameríndia; 9) Estudos de gênero; 10) Compreensão e percepções do corpo humano; 11) Filosofia Africana; 12) Religiosidade; 13) Mitos e símbolos; 14) Misturas e mestiçagens; 15) Dimensões sociopolíticas da ancestralidade; 16) Ancestralidade na educação; 17) Ancestralidade e Arte; 18) Epistemologias e Ancestralidade.

Procedeu-se uma categorização, a partir da recorrência e da densidade temática identificada nos materiais analisados. Em casos em que os textos apresentavam múltiplas abordagens foram codificados em mais de uma categoria, respeitando a natureza multifacetada do conceito em análise. A relação completa dos textos analisados com as respectivas referências pode ser acessada no link: https://drive.google.com/file/d/1UD1CsX_mGmJaie_IFTQpGcvE8fYiHHu5/view?usp=sharing

Para garantir maior rigor analítico, procedeu-se à releitura sistemática dos textos, verificando as saturações teóricas, e a consistência das categorias construídas, a partir da reiteração de padrões já observados, sem a emergência de categorias analíticas inéditas.

Faz-se importante salientar que o número de publicações sobre “ancestralidade” cresce consideravelmente a partir de 2018. Abaixo a relação das revistas que mais publicaram sobre a temática no período analisado:

Tabela 1: Quantidade de artigos por periódicos

Artigos por Periódicos		
	Número de Periódicos	Nome do Periódico
6 Artigos	1	1) Odeere
5 Artigos	1	1) Espaço Acadêmico
4 Artigos	5	1) Anuário de Literatura 2) Mana 3) Extraprensa 4) Horizontes Antropológicos 5) Revista Brasileira de Educação
3 Artigos	3	1) Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea 2) FronteiraZ 3) Etnográfica
2 Artigos	7	Periódico Diversos (7)
1 Artigo	58	Periódico Diversos (58)
Total	75	

Fonte: Tabela original do estudo (SPSS 24)

Posteriormente, procedeu-se uma Análise de Discurso nos documentos acessados, visando capturar os usos, significados e sentidos atribuídos a “ancestralidade” nos documentos analisados, ou seja, foi o recurso metodológico utilizado na perspectiva de compreender as dimensões sociais, políticas e ideológicas envolvidas nos discursos sobre ancestralidade, pois, conforme Caregnato e Mutti (2006) na Análise do Discurso a linguagem é considerada instrumento que carrega construções advindas do contato com o mundo social e as múltiplas formas de ser, agir e pensar dos indivíduos que compõem esse mundo.

Discursos em convergências e contrastes

Ao analisar os discursos sobre ancestralidade, presentes nos diferentes documentos estudados, verificou-se uma pluralidade de ideias, advindas de diversas esferas do conhecimento e da experiência humana. Desta forma, realizou-se uma organização das ideias a partir de 4 dimensões, quatro categorias que por vezes se atravessam: 1) Ancestralidade, identidade e genética; 2) Significados subjetivos e afetivos; 3) Ancestralidade e Ética Ambiental (Nhandereko); e 4) Epistemologias.

Para “**Ancestralidade, identidade e genética**”, verifica-se que em Gaspar Neto e Santos (2011) os autores entendem que os testes de ancestralidade genética podem se comportar para além de uma identificação de linhagem biológica, sendo produtores de sentido sobre identidade e pertencimento. Nessa perspectiva, o mapeamento genético dos brasileiros apresenta muitas misturas e redefine fronteiras identitárias, desafiando percepções de pertencimento étnico-racial.

Essa dualidade entre a individualidade genética e a história de vida de pessoas e grupos precisa ser considerada ao se pensar a construção identitária e a noção de pertencimento, pois, de fato, as identidades são forjadas socialmente e culturalmente. Desta forma, existe um discurso defendido pelos referidos autores, que argumentam a favor de uma abordagem antropológica e crítica, que perceba a construção discursiva e simbólica, presente nas empresas que oferecem os testes de ancestralidade, os quais, por vezes, são moldados por interesses comerciais e ideológicos, o que nem sempre resulta numa identificação com os resultados, por parte do sujeito mapeado, pois marcadores genéticos podem ser incapazes de produzir pertencimento, mas sim as experiências de vida, a história e a cultura dos indivíduos.

Pena e Bortolini (2004), apesar de argumentarem que não existe raça a partir da perspectiva biológica, reconhece uma construção de significado para raça a partir de marcadores sociais e políticos, ou seja, se biologicamente raça não existe, o racismo no Brasil não pode ser negado. Portanto, o discurso colocado aqui é que a genética não deve ser usada para definir políticas raciais, pois identidade e pertencimento são questões sociais e históricas.

Calvo-González e Rocha (2010) focam na miscigenação genética e entendem a ancestralidade como um conceito híbrido, que sofre influências tanto da genética quanto dos discursos sociais e históricos sobre raça. Portanto, esse conceito é mutável, influenciado pelas políticas e pela cultura. Os discursos biológicos, tecnológicos, assim como os arqueológicos envolvem relações de poder e disputas sobre “verdades”. Em Gaspar Neto e Santos (2009) os autores alegam que não apenas pesquisadores influenciam os discursos sobre ancestralidade, identidade e raça, mas também os museus e as mídias.

Mas essas questões também apresentam “**Significados subjetivos e afetivos**”

para a ancestralidade, os quais podem entrar em conflito com discursos científicos e institucionais. Se por um lado, a biotecnologia apresenta um país geneticamente miscigenado, e nesse sentido sem raça biológica; a subjetividade dos sujeitos, forjadas a partir de suas experiências, demonstram marcadores e posições sociais bastante distintas, e esses marcadores históricos e sociais não foram silenciados num grande volume de textos. Desta forma, volta-se às memórias, as práticas artísticas e culturais para verificar pertencimentos e reconhecimentos, no sentido de analisar os significados subjetivos e afetivos à noção de ancestralidade. Para isso, o estudo das populações tradicionais, afro, indígenas, ameríndias... assim como a Filosofia Africana apresentam importantes contribuições.

Essa perspectiva da Filosofia Africana demonstra uma orientação mais decolonial e voltada à ecologia e as experiências transcendentais humanas. Percebe a ancestralidade como um princípio ontológico e ético, que não pode ser classificado ou mensurado; que não se refere apenas ao passado, mas constitui-se numa força ativa no presente, com impactos no futuro. A ancestralidade conecta vivos, mortos e aqueles que ainda nascerão. Esta filosofia apresenta o entendimento de que o “ancestral” é como um “ente” que se perpetua entre os tempos, na identidade coletiva e entre os indivíduos; que marca como esses sujeitos são, suas estratégias de resistência e transcendência.

Nesse discurso, o conhecimento ancestral é mantido e transmitido oralmente, nos rituais, nas artes e nas práticas comunitárias; conectando memória, hábitos e fazeres coletivos. A ancestralidade continua sendo um território de disputa política e cultural, mas especialmente de resistência, identidade e memória. Nesses grupos de textos há a valorização do corpo, da religiosidade e da oralidade como instrumento e território de resistência, de preservação de saberes, de movimento, transformação e comunicação.

A noção de ancestralidade se constitui num campo dinâmico, de liberdade e subversão. O culto aos orixás, pombagiras e exus demonstram uma ancestralidade manifesta na sexualidade, contestando uma moral cristã. Para além do discurso científico, essa categoria apresenta uma dimensão religiosa, filosófica, simbólica, espiritual e corporal, evidenciando ainda mais as disputas de poder, ou seja, por vezes a ciência ocidental pode deslegitimar os saberes afro-brasileiros, enquanto a Filosofia Africana reivindica outro modelo epistemológico.

Os contextos dos artigos são múltiplos e, muitas vezes, elementos ancestrais são resgatados em expressões contemporâneas, como no caso da cultura Hip Hop. Para Amaral e Siqueira Júnior (2023), essas expressões funcionam como ferramentas pedagógicas para uma educação significativa, conectando a juventude a suas raízes culturais, promovendo consciência crítica e colaborando na construção de identidades.

Outro discurso muito presente, encontra-se na relação **“Ancestralidade e Ética Ambiental (Nhandereko⁵)”**. Os textos que abordam a cosmovisão indígena enfatizam as práticas sustentáveis e o respeito pela natureza. Nessa cosmovisão a própria natureza são os ancestrais. Os humanos constituem parte da natureza e essa simbiose, respeito e responsabilidade precisa ser entendida por todos e, portanto, é parte da educação, da tradição, da cultura indígena.

Nas epistemologias afro-indígenas há o convite à oralidade, aos afetos e ao repensar o tempo e a relação com a natureza. Esse convite sempre presente, ressoa como um clamor para a verificação de que a vida e o mundo não são previsíveis ou controláveis. Os recursos não são inesgotáveis e nem estão à mercê dos humanos. Por isso a importância de se aprender com os que vieram antes, sejam humanos ou seres presentes na natureza e na vida manifestada, incluindo “animais, minerais, elementos naturais e divindade” (Souza, 2022, p. 422).

Nessas epistemologias, a ancestralidade torna-se um convite para repensar a visão de mundo, repensar o tempo, o território, as relações de pertencimento... apresentam um convite para relações afetuosas, nas quais a oralidade ancora comportamentos e crenças. Para Krenak (2022) cada novo humano que chega existe a possibilidade de redimensionar o mundo, com o entendimento que a terra sustenta e produz o “solo comum de aprendizados compartilhados e coletivos” (Krenak, 2022, p. 111).

Para os indígenas, assim como para os negros, a arte e a cultura se constituem como meio de resgate e cura dos traumas históricos herdados. Nessa

⁵Nhandereko é uma palavra guarani que significa "nosso modo de ser" ou "nossa vida". Trata-se da representação linguística de uma convivência harmoniosa entre humano e natureza, na qual todos os seres estão integrados e são interdependentes, incluindo florestas, rios, plantas e animais. É uma expressão profunda de respeito e cuidado com o meio ambiente, enraizada na cosmologia e religiosidade do povo guarani. Ela foi adicionada à nomenclatura dessa categoria analítica para amplificar a compreensão dessa categoria.

perspectiva a educação também pode valorizar essas cosmovisões e epistemologias, combatendo o racismo e contribuindo para a disseminação da pluralidade cultural brasileira. Por isso a importância de integrar saberes ancestrais nos currículos escolares e valorizar as práticas de oralidade nas dinâmicas pedagógicas. Os textos apresentam essa luta dos povos originários: de preservar a cosmovisão indígena, as práticas educativas e os conhecimentos tradicionais, mesmo em contextos de urbanização e modernidade.

A categoria **“Epistemologias”** foi assim denominada em decorrência da verificação de que o termo ancestralidade ganha conotações de conceito em algumas linhas teóricas específicas, constituindo-se pilares de teorias, como no caso da Filosofia Africana/Filosofia da Ancestralidade. Ribeiro (2020) afirma que, para o indivíduo afro, o conceito de eu está cunhado na ancestralidade, para ela a “filosofia da ancestralidade” é uma categoria de reconhecimento no modo de assentir a ontologia do sujeito negro, remete às origens que não foram subjugadas pelo processo colonizador, refere-se à resistência e resiliência.

Fernandes, Oliveira e Araújo (2020) explicam que, nessa perspectiva epistemológica, a ancestralidade trata de pertencimento, apresentando raízes culturais bem delineadas, mas se alimentando da cultura viva que está ao redor. O autor descreve: “Estou afirmando a possibilidade de identidades étnicas, capazes de transversalizar com tudo aquilo que ela “come” e por tudo que ela é “comida”. (Fernandes; Oliveira; Araújo, 2020, p. 9-10).

Em decorrência, os autores complementam que a ancestralidade na perspectiva da Filosofia Africana, apresenta-se como uma trajetória aberta, mas com uma certa direção. É aberta porque dialoga em contextos, mas apresenta vínculos com o continente africano, ou seja, a ancestralidade diz quem é o povo negro, sua história, suas raízes culturais, mas não traduz esse povo, constituindo-se, desta maneira, como um “discurso de pertencimento”.

Essa ramificação (ou perspectiva) dentro da Filosofia Africana, denominada de Filosofia da Ancestralidade, trata dos papéis dos ancestrais na construção de identidades, como mediadores entre o mundo espiritual e o físico. Para Oliveira (2012, p. 30) o mito, o rito e o corpo são componentes singulares dessa epistemologia, que tem como desafio romper com ideias “dogmaticamente universalizantes” e contextualizar para a construção de novas visões de mundo,

que promovam encantamento e conviva com os paradoxos.

Nessa perspectiva, a matriz cultural é o ponto de fala, não se reduzindo a ela, a ancestralidade vai muito além de “relações consanguíneas ou de parentesco simbólico”. Entendendo-a como uma “categoria analítica que contribuiu para a produção de sentidos e para a experiência ética”. Para o autor (*id.*, 2012, p. 40) “ancestralidade” é mais que um conceito, torna-se uma categoria de relação, que contempla a alteridade, e apresenta a estrutura de identidade e memória, como eixo de resistência e de transformação social, fruto e protagonismo das lutas por igualdade e reconhecimento.

Na esteira desse pensamento surge a “Pedagogia da Ancestralidade”. Cunhada a partir da Filosofia da Ancestralidade, essa epistemologia se constitui no campo da educação e, Conforme Macedo (2021, p. 247-248), reconhece o “continente africano como berço da humanidade”, propondo uma forma de se opor à “hegemonia epistemológica eurocentrada”, com novas maneiras de pesquisar, ser, conhecer, pensar, juntar, articular e agir, em conformidade com o pensamento dos povos afros e seus descendentes.

Para o campo da “História Ancestral”, assim como para algumas áreas da antropologia/arqueologia, a ancestralidade ganha conotação de conceito ao se voltar para a pesquisa do humano pré-histórico, que conforme Martin e Funari (2020, p. 9) vieram antes e são parte dos humanos modernos, não apenas em termos genéticos, mas também em termos culturais.

No campo da linguística e literatura despontou o conceito “ancestralidade discursiva”, o qual, conforme Leiro (2021), seria um dispositivo de análise, que emerge a partir de narrativas orais ou escritas, assim como formas de expressão narratológicas ou representacionais, que é necessário aos investigadores de narrativas migratórias. Pois, nos discursos de membros de grupos familiares de imigrantes, existe um vínculo material e imaterial com esses imigrantes, que é passado de uma geração para outra, ou seja, “...remessas culturais estão alinhadas ao conceito de ancestralidade, na medida em que a troca simbólica dos ritos e dos valores por meio dos textos contribui para o sentimento de pertença entre os membros” (Leiro, 2021, p. 286).

Finalmente, outra epistemologia bastante delineada figurou no campo dos estudos de territórios e territorialidades. É possível encontrar (Santos; Lage, 2019)

referências das memórias individuais construindo identidades e também apresentando territórios. Nesse sentido, as narrativas históricas constituem formas de territorializar, construindo e tecendo os espaços identitários (Freire Machado, 2021; Oliveira, 2012; Biazi e Padilha, 2021).

Ancestralidade: usos, significados e sentidos

Na perspectiva de uma síntese integrativa, a presente análise documental evidenciou 5 (cinco) tipos diferentes de usos do termo ancestralidade nos artigos das áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. Ancestralidade foi usada como: 1) **Linhagem consanguínea**: herança biológica; 2) **Memória coletiva e resgate histórico**: saberes históricos sendo perpassados pela cultura, e em narrativas orais, escritas e performáticas; 3) **Estrutura de identidade e pertencimento**: construção de identidade individual e de coletivos humanos; 4) **Eixo de resistência e transformação social**: resistência cultural e política fortalecendo identidades e firmando territórios; 5) **Dimensão ontológica e espiritual**: princípio ativo que conecta passado, presente e futuro, com desdobramentos nas práticas religiosas e espiritualidade dos indivíduos.

Um significado preciso apareceu associado ao uso do termo ancestralidade, mas sentidos diversos, e por vezes subjetivos, também foram evidenciados durante as leituras. Nessa perspectiva, quando “ancestralidade” foi utilizada como “herança consanguínea”, o entendimento de herança genética se fez presente, no entanto, o sentido dado, referia-se ao fato de a ancestralidade não poder ser mensurada pelo DNA, sendo ela cultural e histórica, envolvendo as experiências dos indivíduos, suas dores e conquistas.

Quando se mencionava “ancestralidade” na perspectiva da “memória e resgate histórico”, apesar de o significado orbitar no entendimento da preservação dos saberes dos antepassados, as narrativas e tradições se apresentaram de forma dinâmica e viva, na qual modernidade e tradição se mesclam, mantendo, no entanto, uma ideia que caracteriza a identidade e cultura de grupos.

Quanto às “estruturas de identidade e pertencimento”, o significado atribuído à ancestralidade se associou ao reconhecimento de sofrimentos, de crenças e práticas de cultura que são compartilhadas e, portanto, geram uma

noção de pertencimento. O sentido atribuído envolve emoções e afetos, e esse reconhecimento e pertencimento participa no entendimento de quem se é, ou seja, das identidades individuais e coletivas.

Quanto aos usos enquanto “resistências e transformação social”, o significado de que a ancestralidade é um instrumento de luta e resistência contradiscursos excludentes e opressores, ganha um sentido de afirmação de direitos e valorização de saberes para o fortalecimento de comunidades, especialmente àquelas marginalizadas.

Por fim, o uso do termo ancestralidade enquanto dimensão “ontológica e espiritual” remete ao significado religioso, mas que traz um sentido espiritual de conexão do presente com o passado e com o futuro, do mundo dos vivos com o dos mortos e daqueles que ainda estão por vir.

Aproximações à Teoria da Socialização

Os sentidos dados à ancestralidade são explorados por diversas instâncias socializadoras, como grupos religiosos, movimentos sociais, família, academia... ou seja, a ancestralidade participa dos processos socializadores dos sujeitos contemporâneos. No entanto, apesar dos indivíduos estarem submetidos a diversas instâncias socializadoras em suas trajetórias, quando se aproxima dessa noção de ancestralidade se vincula às disposições de *habitus* específicas, relacionada ao que acredita ser parte de sua linhagem histórica e cultural.

Isso não impede os sujeitos de transitarem em muitos outros mundos sociais, por vezes, com ideias ou práticas contraditórias às de seu parentesco. Desta forma, faz-se importante salientar que a ancestralidade não é entendida na rigidez de uma tradição, mas na perspectiva de pertencimento histórico e cultural, que se transforma no mundo da vida, mantendo, no entanto, uma ideia essencial, que caracteriza uma identidade coletiva.

Como na teoria da socialização, nessa noção de ancestralidade, verificou-se identidades sendo forjadas a partir de mecanismos de resistência e disputa, permanências e rupturas, jogo de forças, relações de poder, nessa ligação entre indivíduos e estruturas sociais. Ambos os conceitos são responsáveis pela produção, reprodução e difusão de um universo simbólico capaz de forjar identidades, ambas

têm o respaldo da concretude de uma cultura material e imaterial que as legitimam. Refere-se a um universo simbólico poderoso pois: explica o mundo, explica as relações entre os grupos e as hierarquias entre eles.

O pertencimento, reconhecimento e linguagem também se fizeram presentes no cerne da noção de ancestralidade. Faz importante salientar, que no caso da ancestralidade a linguagem precisa ser interpretada de forma ampla, não apenas as narrativas orais e escrita, mas a arte, a performance e a religiosidade passam a compor formas de expressão e comunicação, nas quais o indivíduo compreende a si mesmo e o mundo que o cerca. Ao fazerem uso da linguagem, socialização e ancestralidade servem de veículo para a comunicação, compreensão e manutenção de um entendimento sobre o mundo, ou seja, uma ideologia ou cosmovisão intermediada pelo universo simbólico, que é construtora de identidade e proporciona a interiorização de exterioridades e objetivação de interioridade, num jogo dialético entre o indivíduo e o coletivo.

Nessa dialética, vai sendo construída a subjetividade do ser social, num processo de legitimação efetivada pelos pares e pelas instâncias socializadoras, pelas autoridades dessas instâncias. Nessa perspectiva e sendo o afeto uma função formativa da vida psíquica do indivíduo (Simmel, 2001), essas subjetividades e afetos são evidenciados na noção de ancestralidade assim como na noção de socialização. Ademais, deslocando o olhar para as estruturas sociais, a ancestralidade se comportou como elemento de transformação social, de luta contra práticas totalitárias e excludentes, e promoção da solidariedade entre grupos.

Considerações finais

Foi possível observar que o termo ancestralidade, quando abordado como conceito, apresenta-se multifacetado, articulando dimensões biológicas, sociais, culturais e espirituais dos indivíduos humanos, demonstrando que a ancestralidade pode ter múltiplos sentidos e funções em contextos diversificados. Desta forma, Ancestralidade se torna um conceito dinâmico, que estabelece negociações com os saberes científicos, com a cultura, mas, especialmente com os afetos humanos, advindos de suas múltiplas experiências de vida e refletindo a complexidade de

cada pessoa ou agrupamento humano. Isso exige diálogos constantes entre saberes científicos e experiências afetivas humanas.

Nessa perspectiva, o conceito de raça foi questionado, em virtude da evidência de perfis genéticos amplamente misturados no Brasil. No entanto, a compreensão de que a percepção de raça perpassa uma questão social e histórica se fez presente, alertando para a triste realidade da existência do racismo persistente no país. Conforme Oliveira (2004), o conceito de raça é uma construção social, histórica e política, ou seja, apesar de a ciência verificar que a variação genética entre seres humanos é mínima, ainda existe uma classificação racial que persiste como instrumento de organização social e política, portanto “raça” continua sendo entendida como uma categoria que adquire significado real ao estruturar identidades, experiências e relações de poder na sociedade. Desta forma, a importância de ações de combate às ideias e práticas equivocadas humanas, como o preconceito e a discriminação.

Em diversos textos, a ancestralidade emergiu como ferramenta de resistência e transformação social, apoiando a construção de políticas públicas, a defesa de territórios, a valorização de saberes tradicionais, sendo de suma importância para o combate ao racismo e promoção de uma educação e práticas decoloniais.

A ancestralidade se configurou como um elemento formador de identidades, por meio da preservação e resgate histórico e cultural, advindo das narrativas orais, escritas e performáticas, assim como das religiosidades. Na espiritualidade, como o culto aos orixás ou aos antepassados, um sentido transcendente foi adicionado à ancestralidade, conectando passado, presente e futuro, numa perspectiva espiralada de tempo.

Houve aproximações da noção de ancestralidade com a teoria da socialização, sendo esta última uma opção para a análise dos sentidos atribuídos à ancestralidade, assim como seus impactos sociais. Mas, a ancestralidade, como conceito, constituiu-se em importante operador analítico em epistemologias específicas, assim como ferramenta de resistência e transformação social.

Como tudo no mundo social é dinâmico, os usos, significados e sentidos dado à ancestralidade, no presente estudo, também apresentam essa característica de revisão e atualização. No entanto, com base nos achados apresentados, sugere-se um verbete para os dicionários dos estudos do campo das Ciências Sociais:

Ancestralidade: Refere-se a um conglomerado de saberes, memórias, práticas, tradições, simbolismos e legados, por meio dos quais as heranças culturais, históricas e até biológicas são transmitidas entre gerações. Trata-se de um elemento subjetivo capaz de construir identidades individuais e coletivas, de pertencimento e reconhecimento, resistência e legitimação cultural. Gravada na memória e na cultura, a ancestralidade é transmitida por meio de narrativas orais, escritas e performáticas, que envolve tradição, religiosidade, espiritualidade e arte. Por outro lado, a ancestralidade é multifacetada e interseccional, articulando dimensões objetivas (linhagem e herança genética) e subjetivas (memória afetiva, práticas orais e rituais), integrando as dimensões simbólicas, espirituais, sociais e políticas, permitindo a reapropriação e a valorização dos saberes ancestrais, materiais e imateriais, frente as disputas de poder e aos discursos excludentes, funcionando como um eixo de resistência e fortalecimento em contextos de lutas sociais e políticas. A ancestralidade é uma categoria dinâmica que integra e articula passado, presente e futuro, conectando as narrativas de memória e tradições às práticas e experiências contemporâneas.

Referências

AMARAL, Mônica do; SIQUEIRA JUNIOR, Kleber Galvão de. O Rap e o grafite: ancestralidade e contemporaneidade para uma educação emancipatória. **FronteiraZ. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária**, [S. l.], n. 31, 2023.

ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p.19-32, 2005. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1364557032000119616>.

BLAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de; PADILHA, Jandaíra Belino. Corpo território: O conhecimento ancestral resistindo ao tempo, a história e a memória da mulher Kaingang. **Cadernos Navi: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 199-221, jul-dez. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BUENO, Paula Alexandra Reis; BUENO, Roberto Eduardo. Distanciamento físico e ensino remoto: socializações em tempos de pandemia. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 28, n. 1, pp. 192-220, set. 2021. <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/11480/114116089>.

CALVO-GONZÁLEZ, Elena; ROCHA, Vera. "Está no sangue": a articulação de ideias sobre "raça", aparência e ancestralidade entre famílias de portadores de doença falciforme em Salvador, Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 1, p. 277-320, 2010.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de

discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERNANDES, Alexandre de Oliveira; OLIVEIRA, Adson Rodrigues de; ARAÚJO, Serinaldo Oliveira. Corpo, poética e ancestralidade: Uma entrevista com Eduardo Oliveira. **Odeere**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 07-22, 2020.

FREIRE MACHADO, Adilbênia. Filosofia Africana do Encantamento tecida por mulheres negras: poéticas de re-existências para descolonização do conhecimento. **Revista de Filosofia Aurora**, [S. l.], v. 33, n. 59, 2021.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura. A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre "Luzia", um crânio pré-histórico do Brasil. **Mana**, v. 15, n. 2, p. 449-480, out. 2009.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura. Biorrevelações: testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica comparada. **Horizontes Antropológicos**, v. 17, n. 35, p. 227-255, jan. 2011.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

KIMURA, Lilian; LEMES, Renan Baarbosa; NUNES, Kelly. Ancestralidade: genética, herança e identidade. **Genética na Escola**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 41-52, 2022. <https://www.geneticanaescola.com/revista/article/view/421>.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAHIRE, Bernard. **O Homem Plural**: Os Determinantes da Ação. Petropolis: Ed. Vozes, 2002.

LEIRO, Lúcia Tavares. Memórias da Bahia: cartas da imigração galega. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 71, p. 277-300, 2021.

MACEDO, Yuri. Escrita Ìyálodè. **Revista Calundu**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 4, 2021.

MARTIN, Gabriela; FUNARI, Pedro Paulo A. Apresentação: história ancestral e o passado mais antigo do Brasil. **Revista Nordestina de História do Brasil**, Cachoeira, v. 2, n. 4, p. 7-12, jan./jun. 2020.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Epistemologia da ancestralidade. **Entrelugares: Revista de Sociopoética e Abordagens Afins**, [S. l.], v. 1, p. 1-10, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**

(RESAFE), [S. l.], n. 18, p. 28–47, 2012.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 57–60, jan. 2004.

PENA, Sérgio Danilo Junho.; BORTOLINI, Maria Cátira. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 31–50, jan. 2004.

RIBEIRO, Katiúscia. O Futuro é Ancestral. **Le Monde Diplomatique**, 19 nov., 2020.

SANTOS, Otávio Augusto Chaves Rubino dos; LAGE, Allene Carvalho. Educação e saberes populares: a ancestralidade de mestras e mestres da oralidade. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 209–221, 2019.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Socialização e cultura**: ensaios teóricos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SOUZA, Mateus Raynner André de. Imbricações da corporeidade negra na arte afro-brasileira contemporânea. **ouvirOUver**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 414–427, 2022.